

**A difícil viagem: do navio negreiro à cidadania.
Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração
dos ex-escravos no Brasil oitocentista.**

Matheus Serva Pereira *

Resumo: O presente trabalho se apresenta com o principal objetivo de reconstruir a trajetória de vida, até então pouco visitada pela historiografia, de Quintino de Lacerda. Focando a análise na última década de sua existência, pretendo contribuir para as discussões sobre as relações entre identidade racial, escravidão, trabalho livre e cidadania no Brasil oitocentista, assim como demonstrar os significados específicos e mutáveis do conceito de cidadania decorrentes da luta pela emancipação dos escravos e do advento do regime republicano. Busco fazer um elo entre o processo que culminou com o fim do sistema escravista no Brasil com o que essa ação trouxe de novo para um amplo setor da população possuidor de traços que a mantinha conectada à experiência da escravidão.

Palavras-chave: pós-abolição; cidadania; trabalho livre.

Abstract: This work is presented with the aim to reconstruct the trajectory of life of Quintino de Lacerda. Focusing the analysis in the last decade of its existence, I want to contribute to discussions on the relationship between racial identity, slavery, free labor and citizenship in Brazil nineteenth, and demonstrate the specific and changing meanings of the concept of citizenship arising from the struggle for emancipation of slaves and the advent of the republican regime. I try to make a link between the process that culminated with the end of the slave system in Brazil with the action that brought back to a broad sector of the population possessing the traits that had connected to the experience of slavery.

Key words: post-emancipation; citizenship; free labor.

1. O tema da pesquisa e sua relevância

A cidade de Santos não fica de fora da obsessão pela memória presente nas sociedades contemporâneas¹, muito menos das políticas públicas voltadas para a população afrodescendente que surgiram nestes últimos vinte anos². Numa sala de nome sugestivo (*Sala Princesa Isabel*), desde o ano de 2000, no dia 13 de maio, a prefeitura dessa cidade litorânea

* Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

¹ Sobre esse assunto, ver: Revel, J. *Microanálise e construção do social*. In: Revel, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.

² Podemos inserir aqui as políticas públicas voltadas para um vasto setor da população que possui alguma marca da escravidão e/ou possui como reivindicação identitária uma origem escrava e africana, como: a política nacional de promoção da igualdade racial de 2003, a de educação através da obrigatoriedade da temática de história e cultura afro-brasileira e indígena de 2008, as que buscam valorizar a cultura produzida pelos afrodescendentes através do inventariamento e da salvaguarda do patrimônio imaterial produzido por esse setor da população... As releituras historiográficas da década de 1980 e os diferentes projetos acadêmicos que visam reinterpretar a escravidão e o destino dos últimos escravos e seus descendentes também são movimentos inseridos nesse contexto. Podem ser citados aqui os projetos: *Postemancipation Societies Project*, de Rebecca Scott, Thomas Holt e Frederick Cooper, *Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo*, de Maria Lourdes Janoti e Sueli Robles de Queiroz, *Memórias do Cativo*, do Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

paulista entrega uma medalha com a finalidade de promover pessoas que tenham trabalhado para a integração racial, solidariedade e fraternidade dentro do município³. Assim como o nome da sala, a medalha também possui um nome sugestivo: *Medalha Quintino de Lacerda*. Mas, afinal, quem foi Quintino de Lacerda e porque o seu nome foi dado a essa medalha?

Para responder a esta pergunta é necessário retornar ao século XIX. A participação dos movimentos populares abolicionistas e a radicalização em busca da abolição, sentida na década de 1880 na Corte, não ficou restrita a capital do Império⁴. Em Santos, junto com os saraus e *meetings* das sociedades abolicionistas, surgia um dos mais importantes quilombos da história do Brasil, o Quilombo de Jabaquara, comandado por Santos Garrafão, pelos jornalistas Galeão Carvalho e Gastão Bousquet e, pelo homenageado do século XXI, *Quintino de Lacerda*, principal liderança do quilombo.

Descrito por Osório Duque-Estrada como um “negro carregador de café”, Quintino de Lacerda tornou-se, nas duas últimas décadas do século XIX no Brasil, uma figura central nos movimentos sociais e debates políticos que surgiam nesses agitados anos. Sergipano, nascido na década de 1830; em Santos, trabalhou como escravo de ganho para os republicanos Antonio e Joaquim de Lacerda Franco. Posteriormente tornou-se um importante homem político através de seu comando no Quilombo de Jabaquara, articulando a mediação entre o quilombo e o resto da sociedade.

Com a abolição da escravidão e a proclamação da República, Quintino manteve-se incontestável como liderança na zona portuária de Santos, muitas vezes ao lado da ordem. Atuou ativamente na greve de 1891, organizando e chefiando as chamadas “turmas de homens de cor” contra os trabalhadores portuários imigrantes grevistas. Os embates travados durante essa greve demonstram a dificuldade na formação de uma classe operária homogênea no recente pós-abolição, devido, principalmente, às disputas intensas por postos de trabalho e às múltiplas experiências de vida dos trabalhadores livres de então. Estudar esses embates pode contribuir substancialmente nas discussões sobre o movimento operário e a formação de uma classe operária na sociedade brasileira e como os ex-escravos e a experiência da escravidão influenciou nesse processo⁵.

³ Resolução da Prefeitura de Santos nº 99/2000, de 08 de junho de 2000: “Artigo 1º - Fica criada a medalha ‘Quintino de Lacerda’, a ser concedida anualmente a 03 (três) pessoas físicas e a 03 (três) pessoas jurídicas que tenham merecido a distinção, pela relevância do seu trabalho em defesa da integração racial, solidariedade e fraternidade, em quaisquer áreas de atividade”.

⁴ Ver: Machado, Maria Helena. **O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição**. Editora UFRJ / EDUSP. São Paulo, 1994.

⁵ Um esforço pioneiro da análise deste processo encontra-se em: Chalhoub, Sydney. **Trabalho, lar e botequim: o Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. Brasiliense, São Paulo. 1986.

Já em 1893 Quintino foi condecorado major honorário do exército brasileiro, por sua atuação durante a Revolta da Armada, assumindo o controle do porto de Santos, a “África pequena” de São Paulo, com o intuito de defender o então presidente da República, o general Floriano Peixoto. Eleito vereador da Câmara Municipal de Santos em 1895, foi obrigado a entrar com um processo - rico em debates sobre os significados de ser cidadão brasileiro no período - na capital da província para ter o direito de exercer seu mandato. Acabou falecendo no ano de 1898.

Nesse sentido, o presente trabalho se apresenta com o principal objetivo de reconstruir a trajetória de vida, até então pouco visitada pela historiografia⁶, desse obscuro personagem do século XIX. Focando a análise na última década de sua existência, pretendo contribuir para as discussões sobre as relações entre identidade racial, escravidão, trabalho livre e cidadania no Brasil oitocentista, assim como demonstrar os significados específicos e mutáveis do conceito de cidadania decorrentes da luta pela emancipação dos escravos e do advento do regime republicano. Buscarei fazer um elo entre o processo que culminou com o fim do sistema escravista no Brasil com o que essa ação trouxe de novo para um amplo setor da população possuidor de traços que a mantinha conectada à experiência da escravidão.

A historiografia recente sobre a escravidão brasileira oitocentista muito tem debatido e pensado sobre os modos de participação de escravos e libertos numa cultura legal⁷. Alguns trabalhos têm focado as ambigüidades existentes nas leis de emancipação gradual e como as contradições dentro do Estado Imperial permitiram a escravos e libertos lutarem por seus objetivos e conquistarem direitos. Outros estudos buscaram compreender as estratégias de atuações dos escravos a partir de suas experiências e concepções políticas, descobrindo a existência de padrões coletivos de percepção e ação política na atitude dos escravos. Ou seja, com grande sucesso, muito tem se focado nas lutas dos escravos para a obtenção da liberdade e as características da ideologia senhorial quanto às alforrias e suas transformações no pós-1871, porém tem se deixado de lado o que veio depois: a liberdade. Enfim, com a liberdade conquistada, o que fazer? Quais eram as reais condições dessa liberdade? A luta

⁶ Maria Helena Machado e Eduardo Silva são um dos poucos que dedicaram uma atenção maior a Quintino de Lacerda. Entretanto, o personagem só aparece em alguns parágrafos de seus trabalhos e nunca teve sua trajetória de vida como objeto central na elaboração de uma pesquisa. Nas palavras de Eduardo Silva: “A figura de Quintino de Lacerda ainda está a merecer pesquisa mais específica.” Silva, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural**. Companhia das letras, São Paulo, 2003.

⁷ Como exemplos, ver: Chalhoub, Sydney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Companhia das letras, São Paulo, 2003. Slenes, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. Nova fronteira, Rio de Janeiro, 1999. Reis, João José & Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Companhia das letras, São Paulo, 2005. Machado, Maria Helena P. T. **Op.Cit.** 1994.

pela liberdade era o ponto auge dessa batalha? Liberdade poderia ser entendida como sinônimo de igualdade ou de cidadania? Afinal, liberdade para quê?

“Ao contrário da escravidão, a Abolição, vista a partir de uma perspectiva mais ampla, e as experiências de liberdade a ela relacionadas foram temas timidamente enfocados pela historiografia e inexistentes nos estudos de ciências sociais.”(GOMES & CUNHA, 2007: 12)

No final do século XIX no Brasil, a liberdade era um alvo em constante movimento e a cidadania uma miragem possível para os libertos. O advento da Abolição, da liberdade para todos e, por consequência, o usufruto de agora todos serem juridicamente considerados cidadãos nacionais foi inventada, experimentada e reivindicada pelos homens e mulheres “de cor” de então. Entretanto, esta liberdade não pode ser entendida como sinônimo de igualdade. As marcas físicas e simbólicas do passado escravista permaneciam tornando-os desiguais. Enfim, no tempo do cativo a hierarquia era estabelecida por lei, já no tempo da liberdade foi necessário construir mecanismos envoltos em retóricas fluidas para justificar as desigualdades e o não-direito.

Estudar a trajetória e as experiências de Quintino de Lacerda e dos quilombolas do Jabaquara é buscar compreender a transformação dos escravos em trabalhadores livres e qual nova relação os ex-escravos travariam com a sociedade que os escravizou. Como seriam definidos os direitos políticos desses libertos? Seriam eles cidadãos? É também tentar entender como estavam sendo estabelecidas as relações entre etnicidade e as culturas de classe que emergiam do recente movimento operário e as novas relações de trabalho, ainda extremamente pautadas pela experiência da escravidão.

Ou seja, pesquisar tais indivíduos é preencher lacunas deixadas em aberto pela historiografia referentes às interpretações conferidas às experiências de liberdade e possibilidades de acesso à cidadania a um vasto número de ex-escravos e “livres de cor” e seus impactos numa discussão mais ampla sobre modelos de cidadania e igualdade no Brasil pós-emancipação.

2. Uma breve discussão bibliográfica

A escravidão moderna tem sido analisada como uma forma específica de exploração da força de trabalho, entretanto as sociedades que a conheceram projetaram distinções jurídicas entre escravos e livres, fundamentados em princípios hierárquicos que surgiram baseados na escravidão e na raça, nas atitudes senhoriais e na deferência dos ditos socialmente inferiores. Portanto, para além da especificidade de um mecanismo de exploração da força de

trabalho, as sociedades escravistas modernas tiveram como base para a sua formação uma espécie de violência política (e econômico-social), “fundada na exclusão (real e/ou simbólica) do escravo da condição de pertencimento à sociedade que o escravizava”(MATTOS, 2005: 15). Nesse sentido, as possibilidades de obtenção da alforria e as formas de integração do ex-escravo à sociedade que o manteve como cativo são questões cruciais para todas as sociedades que se utilizaram dessa instituição.

Entretanto, os estudos que buscam compreender as relações entre os processos de emancipação dos escravos e o destino desses cativos nas sociedades que os mantiveram escravizados são relativamente recentes entre os historiadores. Isso não quer dizer que as preocupações com o período pós-abolição, principalmente os estudos referentes às relações raciais, sejam recentes. Porém, até pouco tempo estudar as relações raciais no pós-abolição ou o destino e a ação das populações libertas na sociedade foi considerado mais ou menos a mesma coisa, sendo ambas as situações entendidas como herança do período escravista.

Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933) e Frank Tannenbaum, em *Slave and Citizen* (1946), foram os autores fornecedores dos parâmetros do debate sobre a situação dos afrodescendentes no pós-abolição como resultado direto da herança da escravidão. Esse pressuposto de análise levantado pelos dois autores perdurou com relativo sucesso até a década de 1970.

O caráter paternalista e de acomodação de conflitos da escravidão brasileira tornaram-se os traços mais difundidos do pensamento de Freyre. Como o autor demonstra em *Casa-grande e senzala*, os espaços de convivência desenvolvidos pelo sistema escravista brasileiro, principalmente no âmbito familiar da casa-grande, permitiram-nos desenvolver um intercâmbio de culturas e uma mestiçagem, decisivos para a configuração de uma convivência racial, se não harmônica, pelo menos acomodada. A visão freyriana de uma acomodação das relações raciais no século XX nacional como herança da escravidão, influenciou decisivamente a perspectiva acadêmica sobre a situação dos descendentes de escravos no Brasil⁸.

Os que foram libertados da escravidão também se tornam cidadãos? Essa era a questão central presente em *Slave and Citizen* de Frank Tannenbaum. Buscando responder tal pergunta, o autor fez um esforço pioneiro de história comparativa, apontando as diferenças que percebia na escravidão entre países católicos e protestantes. Foi pioneiro também ao

⁸ Sobre o paternalismo, ver: Libby, Douglas Cole. *Repensando o conceito do Paternalismo Escravista nas Américas*. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isnara Pereira (org.) **Escravidão, mestiçagem e história comparadas**. Annablume, São Paulo; PPGH/UFGM, Belo Horizonte. 2008.

colocar a oposição escravo e cidadão no âmago de sua análise – diferente de Freyre que elegia a oposição senhor e escravo – elegendo o papel do direito e da cidadania como centrais para a análise das relações raciais nas sociedades pós-emancipação. Ou seja, era o sistema legal de legitimação da escravidão e as possibilidades de trânsito entre escravidão e liberdade que geravam os sistemas de classificação racial. Assim, o autor desbiologizava as relações raciais e as via como uma construção histórico-social⁹.

De todo modo, mesmo que ambos os autores estivessem escrevendo em contextos bastante diferentes, o que ficou de suas obras para o estudo do pós-abolição foi à idéia simplificadora de que estudar as relações raciais na contemporaneidade equivaleria ao estudo do destino dos ex-escravos e seus descendentes nessas sociedades.

Nos anos 1950-70, os debates acadêmicos questionariam a maioria dos pressupostos levantados por esses autores, vendo o surgimento do mais importante crítico de Gilberto Freyre e o principal estudioso brasileiro da inserção dos ex-escravos e seus descendentes na sociedade brasileira pós-emancipação: o sociólogo Florestan Fernandes¹⁰. Entretanto, a postura mais consensual e duradoura de Freyre e Tannenbaum permaneceria. A idéia de que “as relações raciais e a situação do ‘negro’ no pós-escravidão eram fruto, mais ou menos direto, da herança da escravidão” (MATTOS & RIOS, 2005: 20) continuaria sem grandes revisões.

Somente em meados da década de 1970-80, com as críticas a construção da personalidade patológica dos escravos e dos libertos como herança da escravidão, o pós-abolição também pode ser repensado. Através de um ataque sistemático a presumida ausência de vida familiar e cultural dos escravos, tendo destaque pesquisas sobre suas vidas familiares e comunitárias¹¹, sobre os espaços autônomos de produção dos escravos e suas possibilidades de negociação, resistência passiva ou revolta aberta¹² e com a redefinição do conceito de paternalismo, invertendo a ótica tradicional de análise e incorporando a habilidade dos escravos em usar tal ideologia a seu favor¹³, foi possível incorporar na historiografia o conceito de escravo como agente. As pesquisas passaram a dar cada vez mais ênfase ao papel

⁹ Sobre a idéia de que Frank Tannenbaum desbiologizava as relações raciais em sua obra, ver: Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão. **Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰ Como principal exemplo das primeiras revisões sobre as teorias interpretativas acerca da escravidão brasileira, ver: Fernandes, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes**. Ática, São Paulo, 1978 (a 1ª edição é de 1964).

¹¹ Ver: Gutman, Herbert G. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925**. Pantheon Books. Nova York, 1976.

¹² Ver: Mintz, Sidney. **Caribbean transformations**. Aldine Publishing co. 1974.

¹³ Ver: Genovese, Eugene D. **A terra prometida. O mundo que os escravos criaram**. Paz e terra, Rio de Janeiro. CNPq, Brasília. 1988.

social dos próprios escravos, ao invés de entendê-los apenas como seres despersonalizados ou como vítimas da história¹⁴.

Esse acúmulo de conhecimento sobre diversos aspectos da escravidão moderna nas Américas, que rompeu com os paradigmas estruturalistas de até então, forçou uma revisão historiográfica e uma formulação diferenciada também ao problema do pós-abolição. Como apontam Hebe Mattos e Ana Lugão Rios:

o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativeiro. (MATTOS & RIOS, 2005: 26)

Os recentes estudos sobre o Brasil pós-emancipação têm buscado reavaliar os estudos históricos sobre as relações raciais e a idéia de “herança da escravidão”. Em linhas gerais, procura-se desnaturalizar as noções e classificações de raça e entender as identidades raciais como construções sociais¹⁵, pois a destruição da escravidão moderna e o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania estiveram diretamente relacionados à produção dessas classificações e identidades.

3. Conclusão

A solução à brasileira para a questão da cidadania em finais do XIX passou pela elisão de critérios raciais de exclusão e começou a exigir – com modos rigorosos de aferição – a capacidade de ler e escrever como medidas para possibilitar ou não os indivíduos de participarem da política formal (Lei de Reformas Eleitorais de 1881 e a Constituição de 1891) e numa só tacada terminou por alijar milhares de descendentes de escravos dela¹⁶. Porém, não se pode entender que a desqualificação desses milhares de trabalhadores afrodescendentes do

¹⁴ Muitos trabalhos da recente historiografia brasileira sobre a escravidão foram influenciados por essas novas perspectivas, como exemplos, ver: Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1995. Chalhoub, Sydney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Companhia das letras, São Paulo, 2003. Entre outros.

¹⁵ Um bom exemplo dessa nova linha historiográfica esta presente em: Albuquerque, Wlamira. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese de doutorado. Departamento de História da Unicamp, 2004.

¹⁶ Ver: Grinberg, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro. 2002. Chalhoub, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. Companhia das letras, São Paulo. 2003. Mattos, Hebe Maria. **Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil**. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

mundo da política institucional serviu apenas de celeiro para a formação de “kumiros”¹⁷ que poderiam ser escolhidos a qualquer momento pelas classes dirigentes e proprietárias para defender seus interesses e que suas participações na política em geral seriam apenas na qualidade de massa de manobra.

Voltar o olhar para as relações, as experiências, as formas de participação e de criação de novas identidades que ultrapassam o voto e os grandes modelos explicativos atemporais é fundamental para entendermos a sociedade brasileira e como a cidadania foi vivenciada e construída em nosso país.

Como afirmam Cooper, Holt e Scott:

Os significados específicos e mutáveis deste conceito [cidadania], tanto em relação à teoria política enfocada no indivíduo ‘universal’ quanto no pensar sobre as pessoas como seres específicos em termos sexuais, raciais e culturais, podem ajudar a tirar o foco daquilo que terminou com a emancipação dos escravos para lançá-lo sobre o que com ela começou. (COOPER, HOLT & SCOTT, 2005: 44).

Portanto, para além de entender os ex-escravos santistas e seus descendentes como capangas e dependentes das classes dirigentes e proprietárias, literalmente como “massa de manobra e contenção do embrionário movimento operário e portuário santista de origem européia” (MACHADO, 2007: 242), vejo ser necessário enfatizar como eixo investigativo os modos de participação e as experiências de exclusão, liberdade e exercício da cidadania desses emancipados. No contexto das lutas pela emancipação, do pós-abolição e do recente regime republicano “a luta para tornar-se um trabalhador livre poderia evoluir rapidamente rumo à luta para tornar-se um cidadão livre” (COOPER, HOLT & SCOTT, 2005: 74) e é só desvendando o viver cotidiano dessa luta que se tornará possível estabelecer as conexões entre estatutos jurídicos de cidadania, representações sobre “cor” e concepções/consciências de si, revelando um quebra-cabeça aparentemente incompleto sobre o destino e as formas de atuação dos ex-escravos no Brasil de finais do século XIX.

Bibliografia:

Albuquerque, Wlamira. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese de doutorado. Departamento de História da Unicamp, 2004.

Beiguelman, Paula. **Os companheiros da São Paulo**. Símbolo, São Paulo. 1977.

Chalhoub, Sydney. **Trabalho, lar e botequim: o Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. Brasiliense, São Paulo. 1986.

_____. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Companhia das letras, São Paulo, 2003.

¹⁷ No final do século XIX o termo “kumiro” popularizou-se entre os militantes do movimento operário e quem era chamado por esse nome, estava sendo acusado de fura-greve.

- _____. **Machado de Assis, historiador.** Companhia das letras, São Paulo, 2003.
- Cooper, Frederick, Holt, Thomas C. & Scott, Rebecca J. **Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-mancipação.** Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005.
- Fernandes, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes.** Ática, São Paulo, 1978.
- Freyre, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Record. Rio de Janeiro, 1998.
- Genovese, Eugene D. **A terra prometida. O mundo que os escravos criaram.** Paz e terra, Rio de Janeiro. CNPq, Brasília. 1988.
- Gitahy, Maria Lúcia C. *O porto de Santos, 1888-1908.* In: Prado, Antônio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil; memória, lutas e cultura.** Brasiliense. São Paulo, 1986.
- Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Maria Gomes O. (orgs.) **Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** FGV. Rio de Janeiro, 2007.
- Gutman, Herbert G. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925.** Pantheon Books. Nova York, 1976.
- Lanna, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição. Santos: 1870-1930.** Hicitec. São Paulo. Prefeitura Municipal de Santos. Santos, 1996.
- Machado, Maria Helena P. T. **O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição.** Editora UFRJ/EDUSP, Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação.* In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes. **Op.Cit.**
- Matta, Roberto da. *Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional.* In: **A Casa e a Ruas: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rocco, Rio de Janeiro, 2000.
- Marshall, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Zahar, Rio de Janeiro, 1967.
- Mattos, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista.** Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil.** Tese (Professor Titular) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.
- _____. & Rios, Ana Lugão. **Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005.
- Mattos, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos na República Velha (1890-1930).* In: **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** Vício de Leitura, Rio de Janeiro, 2002.
- Mintz, Sidney. **Caribbean transformations.** Aldine Publishing co. 1974.
- Revel, J. *Microanálise e construção do social.* In: Revel, J. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998.
- Schwarcz, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** Companhia das letras, São Paulo, 1993.
- Silva, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural.** Companhia das letras, São Paulo, 2003.
- Tannenbaum, Frank. **Slave and Citizen.** Beacon Press. Boston, 1992.
- Velasco e Cruz, Maria Cecília. **Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930.** *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.
- Xavier, Regina C. L. *Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos.* In: Benito Bisso Schmidt (org.) **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares.** v. 1 EDUNISC, Santa Cruz, 2000.